SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ n° 22.800.301/0001-32

NIRE n° 35300479432

Endereço: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 716, Andar 2, CEP 04571-926

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel:+55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Solairedirect Holding Brasil S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solairedirect Holding Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 20 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consoliadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Solairedirect Holding Brasil S.A. (Solairedirect ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) cujo objeto social é a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que tenham por objetivo o desenvolvimento, criação e operação de ativos de geração de energia elétrica derivadas de energia solar e a administração e gestão destes ativos. Atualmente, Solairedirect controla a ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., empresas que detém, ao todo, 218 MW de capacidade instalada e 59,1 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Solairedirect pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

5. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

6. Agradecimentos

A Administração de Solairedirect agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2022.

A Administração

SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.397	32.344	227.752	181.692
Contas a receber de clientes	5	-	-	18.374	17.258
Dividendos a receber		5.827	3.852	-	-
Outros ativos circulantes		1.844	1.573	10.841	7.537
		42.068	**37.769**	**256.967**	**206.487**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados		-	-	26.132	25.261
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	4.266	4.935
Outros ativos não circulantes		-	-	2.597	4.428
		-	**-**	**32.995**	**34.624**
Investimento	7	473.510	453.729	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.075.694	1.091.000
Intangível	9	-	-	27.153	28.203
		473.510	**453.729**	**1.135.842**	**1.153.827**
TOTAL		**515.578**	**491.498**	**1.392.809**	**1.360.314**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2.022	2021	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	11	-	111	15.946	15.443
Financiamentos	12	-	-	51.469	49.433
Ressarcimentos às distribuidoras	13	-	-	24.022	16.862
Dividendos a pagar		1.186	-	1.186	-
Outros passivos circulantes		306	327	12.768	11.220
		1.492	**438**	**105.391**	**92.958**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	11	-	-	30.487	30.398
Financiamentos	12	-	-	725.768	745.287
Provisão para desmobilização	8	-	-	17.076	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	611
		-	**-**	**773.331**	**776.296**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14.a	502.785	502.785	502.785	502.785
Reserva de lucros		11.301	-	11.301	-
Prejuízos acumulados		-	(11.725)	-	(11.725)
		514.086	**491.060**	**514.086**	**491.060**
TOTAL		**515.578**	**491.498**	**1.392.808**	**1.360.314**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	**-**	**-**	**181.867**	**166.959**
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização		-	-	(38.893)	(39.167)
Serviços de terceiros		-	-	(20.891)	(15.427)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(10.340)	(7.494)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(156)	(613)
Outros		-	-	(9.057)	(7.432)
		-	**-**	**(79.337)**	**(70.133)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**102.530**	**96.826**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(820)	(873)	(8.697)	(6.660)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	3.105	4.193
Equivalência patrimonial		21.756	(5.730)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**20.936**	**(6.603)**	**96.938**	**94.359**
Resultado financeiro					
Rendas de aplicações financeiras		3.839	6.622	20.547	13.267
Juros sobre empréstimos		-	-	(79.717)	(94.937)
Juros sobre fornecedores		-	-	(15)	(2.384)
Outras despesas financeiras, líquidas		174	(7.263)	(715)	(7.622)
		4.013	**(641)**	**(59.900)**	**(91.676)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**24.949**	**(7.244)**	**37.038**	**2.683**
Imposto de renda e contribuição social					
IRPJ/CSLL corrente	16.a	(736)	-	(12.791)	(18.080)
IRPJ/CSLL diferido	16.a	-	-	(34)	8.153
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**24.213**	**(7.244)**	**24.213**	**(7.244)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2.022	2021	2.022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**24.213**	**(7.244)**	**24.213**	**(7.244)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**24.213**	**(7.244)**	**24.213**	**(7.244)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota		Reservas de lucros			
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31.12.2020		502.785	-	-	(4.481)	498.304
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.244)	(7.244)
Saldo em 31.12.2021		502.785	-		(11.725)	491.060
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.213	24.213
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	624	-	(624)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.187)	(1.187)
- Reserva de retenção de lucros				10.677	(10.677)	-
Saldo em 31.12.2022		502.785	624	10.677	-	514.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ N° 22.800.301/0001-32| NIRE N° 35300479432
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**24.949**	**(7.244)**	**37.734**	**(18.084)**
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	(21.756)	5.730	-	-
Depreciação e amortização	-	-	39.210	24.068
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	79.717	75.783
Depósitos vinculados	-	-	(872)	(1.492)
Provisão para Descomissionamento	-	-	117	-
Juros sobre fornecedores	-	-	15	1.608
Baixa de ativo imobilizado	-	-	19.464	922
Outros	-	-	(2.930)	4.200
Resultado ajustado	**3.193**	**(1.514)**	**172.454**	**87.005**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.118)	18.110
Adiantamentos a fornecedores	-	-	665	1.937
Outros ativos	(271)	(1.292)	(1.388)	8.635
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(111)	111	(2.606)	(8.157)
Outros passivos	(42)	(121.179)	4.705	(140.286)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	7.161	(13.717)
Caixa gerado nas operações	**2.769**	**(123.874)**	**179.873**	**(46.473)**
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(46.527)	(24.369)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(716)	-	(13.660)	(9.694)
Caixa líquido das atividades operacionais	**2.053**	**(123.874)**	**119.686**	**(80.536)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Venda de ativo imobilizado	-	-	68	-
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(22.291)	(49.528)
Caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**-**	**(22.223)**	**(49.528)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de financiamentos	-	-	(50.676)	(29.055)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**-**	**-**	**(50.676)**	**(29.055)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.053**	**(123.874)**	**46.787**	**(159.119)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				

Saldo inicial	32.344	156.218	179.116	275.192
Saldo final	34.397	32.344	225.903	116.073
Aumento (redução)de caixa e equivalentes de caixa	**2.053**	**(123.874)**	**46.787**	**(159.119)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solairedirect Holding Brasil S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, pertencente ao Grupo Engie Solar, constituída em 7 de julho de 2015, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 716, Andar 2, CEP 04571-926. A Companhia tem por objetivo social a participação no capital de outras Companhias.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia Solairedirect Holding Brasil S.A. adquiriu mediante instrumentos de "Share Purchase Agreement", a aquisição das ações com participação direta e 100% no capital social das Companhias denominadas Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. Diante deste evento societário concomitantemente detêm participação indireta na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, passando a controlar indiretamente 100% do capital social das Companhias Engie Solar Floresta I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Floresta III Geração Centralizada SPE S.A. (em conjunto denominadas "Florestas") e Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A., e Engie Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A., (em conjunto denominadas "Paracatus").

Sendo as Florestas com capacidade instalada que totalizam 90MW e Paracatus com capacidade instalada que totalizam 132MW. As Companhias Controladas têm o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

As suas controladas Florestas entraram em operação comercial em novembro de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Floresta I: a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho no 2.320 de 1o de agosto de 2017;
- Floresta II: a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho no 2.321 de 1o de agosto de 2017;
- Floresta III: a partir do dia 01 de novembro de 2018, conforme despacho no 2.322 de 1o de agosto de 2017;

As suas controladas Paracatus, entraram em operação comercial em janeiro e fevereiro de 2019, conforme evidenciado abaixo:

- Paracatu I: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho no 038 de 08 de janeiro de 2019;
- Paracatu II: a partir do dia 09 de fevereiro de 2019, conforme despacho no 388 de 08 de fevereiro de 2019;
- Paracatu III: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho no 039 de 08 de janeiro de 2019;
- Paracatu IV: a partir do dia 09 de janeiro de 2019, conforme despacho no 040 de 08 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações consolidadas apresentaram lucros acumulados no montante de R$ 11.301 sendo representados principalmente pelos impactos dos encargos financeiros/juros de suas controladas sobre os financiamentos obtidos junto ao BNDES em períodos posteriores ao início de suas operações. A continuidade operacional da Companhia é garantida pelos investidores do Grupo, os quais garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia, bem como a Administração tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Floresta e Consórcio Paracatu (entidades sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

Sendo o percentual de participação de cada uma delas:

Consórcio Floresta:

Floresta I: 37,5%

Floresta II: 37,5%

Floresta III: 25%

Consórcio Paracatu:

Paracatu I: 25%

Paracatu II: 25%

Paracatu III: 25%

Paracatu IV: 25%

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Intangível

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar.

e) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

f) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

g) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto.

Em todo ano o cálculo do arrendamento mercantil é reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento.

Os períodos de vigência dos contratos junto aos locadores são conforme segue:

- Floresta I – 01/11/2017 a 31/10/2052;
- Floresta II – 01/11/2017 a 31/10/2052;
- Floresta III – 01/12/2017 a 30/11/2052.
- Paracatu I – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- Paracatu II – 01/03/2019 a 31/01/2054;
- Paracatu III – 01/02/2019 a 31/12/2053;
- Paracatu IV – 01/02/2019 a 31/12/2053;

O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato.

Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

k) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

l) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

n) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

o) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

p) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil) / Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37 aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Caixa e depósitos bancários à vista	-	-	19.731	17.545
Aplicações Financeiras	34.397	32.344	208.021	164.147
	34.397	**32.344**	**227.752**	**181.692**

Os Investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2022, a Companhia mantinha R$ 18.374 (R$ 17.258 em 31.12.2021) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto no 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

NOTA 6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Adiantamento à fornecedores de imobilizado	4.078	4.913
Outros	188	22
	4.266	**4.935**

NOTA 7. INVESTIMENTO

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2022	**31.12.2021**
Participação societárias permanentes	453.729	458.918
Avaliação pelo método de equivalência patrimonial	21.756	(5.730)
Dividendos a receber	(1.975)	541
Total	**473.510**	**453.729**

b) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
Engie Solar Floresta Holding S.A.	202.879	20.791	-	223.670
Engie Solar Paracatu Holding S.A.	250.850	965	(1.975)	249.840
Total	**453.729**	**21.756**	**(1.975)**	**473.510**

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
		31.12.2022			31.12.2021
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Parque Solar	3,33%	1.115.332	(157.018)	958.314	1.007.862
Subestação Consórcio	3,33%	93.201	(41.163)	52.038	53.575
Equipamentos de informática	16,67%	118	(6)	112	-
Computadores e periféricos	16,67%	68	(4)	64	-
Outros	6,25%	342	(27)	315	248
Direito de uso de arrendamentos	10.20%	34.236	(2.151)	32.085	29.315
Estimativa de gastos com descomissionamento	3,80%	17.038	(117)	16.921	-
		1.260.335	**(200.486)**	**1.059.849**	**1.091.000**
Em curso		15.845	-	15.845	-
		15.845	**-**	**15.845**	**-**
TOTAL		**1.276.180**	**(200.486)**	**1.075.694**	**1.091.000**

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado						
	Parque Solar	Subestação Consórcio	Direito de uso de arrendamentos	Estimativa de gastos com descomissionamento	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2020	998.450	55.565	22.767	-	-	54.953	1.131.735
Ingressos	58.008	23	-	-	256	-	58.287
Transferências	(4.945)	-	-	-	-	-	(4.945)
Remensuração	-	-	7.492	-	-	-	7.492
Baixas	(7.681)	-	-	-	-	(54.953)	(62.634)
Depreciação	(35.970)	(2.013)	(944)	-	(8)	-	(38.935)
Saldos em 31.12.2021	1.007.862	53.575	29.315	-	248	-	1.091.000
Ingressos	13.101	15	-	17.038	677	15.447	46.278
Transferências	(8.330)	461	2.166	-	-	4.204	(1.499)
Remensuração	(3.295)	-	1.600	-	-	-	(1.695)
Baixas	(15.252)	-	-	-	(407)	(3.806)	(19.465)
Depreciação	(35.772)	(2.013)	(996)	(117)	(27)	-	(38.925)
Saldos em 31.12.2022	958.314	52.038	32.085	16.921	491	15.845	1.075.694

(1) Imobilizado em curso refere-se as aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares.
(2) As baixas do parque solar referem-se à venda de módulos e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.
(3) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.

c) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O contrato é renegociado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2022 foi de 14,65%.

d) Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque solar, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,05%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2022 era de R$ 17.076.

NOTA 9. INTANGÍVEL

a) Composição

	Consolidado				
		31.12.2022			31.12.2021
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Projeto Parque Solar	3,33%	24.642	(3.657)	20.985	21.803
Software SCADA	3,33%	5.120	(533)	4.587	4.758
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		1.825	(244)	1.581	1.642
		31.587	(4.434)	27.153	28.203

b) Movimentação do ativo intangível

	Consolidado			
	Projeto Parque Solar	**Software SCADA**	**Ágio por expectativa de rentabilidade futura**	**Total**
Saldos em 31.12.2020	**22.627**	**-**	**1.703**	**24.330**
Ingressos	-	301	-	301
Baixas	-	(129)	-	(129)
Transferências	-	4.948	-	4.948
Amortização	(824)	(362)	(61)	(1.247)
Saldos em 31.12.2021	**21.803**	**4.758**	**1.642**	**28.203**
Amortização	(818)	(171)	(61)	(1.050)
Saldos em 31.12.2022	**20.985**	**4.587**	**1.581**	**27.153**

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Riscos de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação 12 meses 31.12.2022	Cenário Provável 31.12.2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (1)	Administração
TJLP	7,2%	7,4%	0,2 p.p.	1,9 p.p.	0,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento				
Financiamentos				
TJLP	777.237	(1.305)	(14.171)	(2.441)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de dívida	**-**	**-**	**777.237**	**794.720**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(34.397)	(32.344)	(227.752)	(181.692)
(-) Depósitos vinculados	-	-	(26.132)	(25.261)
Dívida líquida	**(34.397)**	**(32.344)**	**523.353**	**587.767**
Patrimônio líquido	**514.086**	**491.060**	**514.086**	**491.060**
Endividamento líquido	**(0,1)**	**(0,1)**	**1,0**	**1,2**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15.946	353	431	29.703	**46.433**
Financiamentos	51.470	102.939	102.939	519.889	**777.237**
	67.416	**103.292**	**103.370**	**549.592**	**823.670**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	**31.12.2021**	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	34.397	32.344	208.023	164.147
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	-	-	19.729	17.545
Contas a receber de clientes	-	-	18.374	17.258
Depósitos vinculados	-	-	26.132	25.261
	34.397	**32.344**	**272.258**	**224.211**
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	111	46.433	45.841
Financiamentos	-	-	777.237	794.720
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	24.022	16.862
	-	**111**	**847.692**	**857.423**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	-	111	15.797	15.319
Arrendamentos a pagar	-	-	149	124
Fornecedores circulante	**-**	**111**	**15.946**	**15.443**
Arrendamentos a pagar	-	-	30.487	30.398
Fornecedores não circulante	**-**	**-**	**30.487**	**30.398**
Total	**-**	**111**	**46.433**	**45.841**

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Mutação

	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2020	**787.415**
Ingressos BNDES	**3.426**
Juros	94.938
Amortização de principal	(47.609)
Amortização de juros	(43.450)
Saldo em 31.12.2021	**794.720**
Juros	79.717
Amortização de principal	(50.674)
Amortização de juros	(46.526)
Saldo em 31.12.2022	**777.237**

b) Vencimentos do financiamento

	Consolidado
2023	51.469
2024	51.469
2025	51.469
2026 a 2031	308.815
2032 a 2038	314.013
	777.237

c) Liberação de recursos BNDES – Florestas

Em 2018, O BNDES abre à Companhia, crédito total no valor de R$ 315.564.000,00, créditos postos à disposição da companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 20.12.2018, o BNDES liberou o montante de R$ 265.000.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III, (em conjunto denominadas "Beneficiárias" no âmbito do contrato de financiamento, localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 30.05.2019, o BNDES liberou o montante de R$ 25.105.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 24.12.2020, o BNDES liberou o montante de R$ 15.474.000,00, destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

Em 27 de maio de 2021, o BNDES liberou o montante de R$ 3.427.000,00 destinados à implantação da UFV Floresta I, UFV Floresta II e UFV Floresta III localizada no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte, e à aplicação da SE Areia Branca.

d) Liberação de recursos BNDES – Paracatus

Em 2019, O BNDES abre à companhia, crédito total no valor de R$481.900.000,00, créditos estes que foram postos à disposição da companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 18/07/2019, o BNDES liberou o montante de R$ 390.798.278,89, destinados à implantação da UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Minas Gerais.

Em 27/11/2019, o BNDES liberou o montante de R$ 241.000.000,00, destinados a UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Em 16/03/2020, o BNDES liberou o montante de R$ 67.001.721,00, destinados a UFV Paracatu I, UFV Paracatu II, UFV Paracatu III e UFV Paracatu IV, localizadas no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

e) Taxas de juros

Para o projeto Floresta sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano acima da Taxa de Longo Prazo (TLP) a título de remuneração e para o projeto Paracatu 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), pelo spread do BNDES de 1,94% ao ano e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) pro rata temporis.

f) Garantias da operação

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias:

i) A Solairedirect holding dá, ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Floresta Holding e Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das respectivas empresas, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma;

ii) A Floresta Holding, e Paracatu Holding dão ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas;

iii) As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto.

iv) As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva ("CERs") celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);

c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste;

d) Entre outros direitos.

v) A Floresta Holding e Paracatu Holding cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios da "Conta centralizadora Holding", conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária; e

b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

g) Prazo de amortização

Para o Projeto Floresta o principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 216 (duzentas e dezesseis) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de novembro de 2018, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2036 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

Para o Projeto Paracatu o principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de junho de 2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2038 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

h) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (*covenants*)

Em 31 de dezembro de 2021, a Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. estão em cumprimento dos covenants, da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de acordo com os termos da clausula 12a no inciso XII do Contrato de Financiamento.

Considerando as premissas aplicadas, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado na Engie Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022 representa ICSD = 1,5.

Considerando as premissas aplicadas, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado na Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022 representa ICSD = 1,36.

NOTA 13. RESSARCIMENTOS ÀS DISTRIBUIDORAS

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Penalidade a Pagar CER - Ano 3	-	16.862
Penalidade a Pagar CER - Ano 4	24.022	-
	24.022	**16.862**

Representa o ressarcimento a CCEE no fechamento do contrato anual, decorrente de Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE.

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 e 31.12.2021 era de R$ 502.785 representado por 502.785 ações ordinárias e nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada as quais pertencem em sua totalidade à Solairedirect Holding S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido ao final do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de energia de reserva	208.678	194.769
Transações no mercado de curto prazo	648	(3.947)
Outras receitas/performance negativa	(19.818)	(16.918)
Receita Bruta	**189.508**	**173.904**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS/COFINS	(7.641)	(6.945)
Total deduções	**(7.641)**	**(6.945)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**181.867**	**166.959**

NOTA 16. CONCIALIÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Durante o exercício de 2022 e 2021, a Companhia foi tributada ao Lucro real sendo mais viável as suas atividades de acordo com o seu projeto de negócios.

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social – resultado

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	24.949	24.949		(7.244)	(7.244)	
(+) Adições	266	266		22.213	22.213	
(-) Exclusões	(22.022)	(22.022)		(16.483)	(16.483)	
Lucro (prejuízo) real antes da compensação	**3.193**	**3.193**		**(1.514)**	**(1.514)**	
(-) Compensação do prejuízo fiscal	(958)	(958)		-	-	
Base de cálculo Lucro Real	**2.235**	**2.235**		**(1.514)**	**(1.514)**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	335	201	536	-	-	-
Adicional do IRPJ - 10%	200	-	200	-	-	-
Total do imposto/contribuição devido	**535**	**201**	**736**	**-**	**-**	**-**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	**(535)**	**(201)**	**(736)**	-	-	-
	(535)	**(201)**	**(736)**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Receita bruta	208.209	208.209		190.280	190.280	
Alíquota presunção	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	**16.657**	**24.985**		**15.222**	**22.834**	
Outras receitas	17.087	17.087		5.042	5.042	
Base de cálculo Lucro presumido	**33.744**	**42.072**		**20.264**	**27.876**	
Lucro Real						
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	24.949	24.949				
(+) Adições	266	266				
(-) Exclusões	(22.022)	(22.022)				
Lucro (prejuízo) real antes da compensação	**3.193**	**3.193**				
(-) Compensação do prejuízo fiscal	(958)	(958)				
Base de cálculo Lucro Real	**2.235**	**2.235**				
Base de cálculo Consolidada	**35.979**	**44.307**		**20.264**	**27.876**	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	5.397	3.987	9.384	7.748	5.334	13.082
Adicional do IRPJ - 10%	3.407	-	3.407	4.998	-	4.998
Total do imposto/contribuição devido	**8.804**	**3.987**	**12.791**	**12.746**	**5.334**	**18.080**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(8.804)	(3.987)	(12.791)	(12.746)	(5.334)	(18.080)
Diferido	(20)	(14)	(34)	5.983	2.169	8.153
	(8.824)	**(4.001)**	**(12.825)**	**(6.763)**	**(3.165)**	**(9.927)**

NOTA 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Indisponibilidade prolongada no Conjunto Fotovoltaico Paracatu

No dia 02.04.2023, houve uma ocorrência de vento forte na região do município de Paracatu (MG), onde fica o Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Os registros de velocidade do vento indicaram valores máximos de 95 km/h, causando avarias graves aos painéis, *trackers* e demais sistemas. Tão logo fora constatado o sinistro, a equipe local procedeu com o isolamento dos equipamentos, visando à segurança e proteção dos colaboradores, para iniciar as atividades de inspeção, quantificação e qualificação dos danos. Os informes à seguradora já foram realizados, seguindo o procedimento que é praxe nestes eventos. Dos 132 MW de capacidade instalada, estima-se numa primeira avaliação que cerca de 50 MW foram afetados e encontram-se em indisponibilidade prolongada. Foi formado um Grupo de Trabalho multitarefa para elaborar propostas de recomposição da planta no menor tempo possível. Importante destacar que os danos foram exclusivamente materiais, sem nenhuma ocorrência relacionada aos colaboradores e terceiros que atuam na usina.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da Solairedirect Holding S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sérgio Roberto Maes
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Amanda Aparecida Mota
Contador - CRC 1SP233929/O-1